



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1      |

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 95ª  
(NONAGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 94ª Sessão Ordinária;
- Ata da 93ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2      |

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas – na galeria, se não me engano, estão os agentes penitenciários que hoje vieram buscar o direito de portar armas. Estamos com vocês. Estou vendo que há, também, alguns servidores do Tribunal de Contas. Hoje, queremos fazer o dever de casa para aprovar o realinhamento, tanto para o Tribunal de Contas do Distrito Federal quanto para os servidores da Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, hoje eu trouxe aqui um tema que já foi motivo da minha fala no dia 15 de agosto de 2012. Naquele dia, eu subi nesta tribuna para me pronunciar com relação a uma compra de vacinas humanas com composição anti-HPV. Naquela ocasião, eu disse que havia duas vacinas, uma com espectro maior e outra com espectro menor, e que a Secretaria de Saúde estava fazendo a opção pela vacina de menor espectro, e sem fazer licitação. A gente esperava que, pelo menos, o preço fosse menor. Ainda não tenho todas as confirmações, porque já tem mais de trinta dias e eu não recebi a resposta oficial da secretaria, que é por meio da íntegra do processo de compra. A Deputada Arlete Sampaio, naquela mesma ocasião, rapidamente ligou para o Secretário de Saúde em exercício, porque o titular estava de férias ou ausente, e foi respondido a ela que não, que o Governador Agnelo havia suspenso a compra porque estava aguardando uma posição do Ministério da Saúde. Não é isso, Deputada Arlete Sampaio? Foi. Está nas notas taquigráficas. Eu vou só relatar a fala da Deputada Arlete Sampaio naquela ocasião: “Eu apenas gostaria de fazer um esclarecimento quanto à vacina, Deputada Eliana Pedrosa. Acabei de falar com o Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde e obtive a informação de que o processo realmente foi feito por inexigibilidade, mas para a aquisição da vacina quadrivalente, e não da bivalente, que é de espectro inferior. Entretanto, o Governador Agnelo Queiroz pediu para que se parasse o processo de aquisição, porquanto o Ministério de Saúde vai adquirir ele próprio as vacinas e distribuí-las aos Estados. Era isso o que eu gostaria de esclarecer, para não haver dúvida quanto ao processo da Secretaria de Saúde”.

Eu escrevi ao Ministério da Saúde para saber...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa. Depois, falarei sobre a resposta do Ministério da Saúde.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3      |

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, só para informar que, evidentemente, eu falei o que está nas notas taquigráficas, mas há um desdobramento posterior. Como o Ministério da Saúde demorou a adquirir as vacinas, a Secretaria de Saúde decidiu comprar as de maior espectro, e há uma única empresa que as produz. Por isso, a inexigibilidade da licitação. Essa foi a explicação que eu obtive do Secretário de Saúde. As vacinas foram adquiridas com inexigibilidade de licitação e foram adquiridas as de maior espectro, justamente porque há toda uma pressão por parte da Secretaria de Mulheres e de todos os movimentos de mulheres de Brasília para que pudéssemos disponibilizar na rede a vacina anti-HPV.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Bom, eu vou ler apenas um trecho da resposta do Ministério da Saúde: “Ante o exposto, ressalte-se que até o momento não há previsão quanto à introdução e fornecimento da vacina contra HPV na rede pública do SUS. Nesse sentido, faz-se necessário aguardar a decisão do Ministério da Saúde sob pena de prejudicar o processo de planejamento de sua implementação e inviabilizar as ações de imunizações de uma das principais e mais relevantes intervenções em saúde pública do País, reconhecida e respeitada nacional e internacionalmente”.

Eu só queria dizer, Deputada Arlete Sampaio, que é importante que nós Parlamentares tenhamos acesso às informações, como também a esse processo de compras, contrariando uma lei local, contrariando a lei de transparência. Até hoje o processo de que pedi cópia não chegou às minhas mãos, o que nos leva, cada vez mais, a pensar que há realmente alguma coisa que não está correta, porque a senhora me deu a informação de que depois houve outro desdobramento. Agora a senhora fala que é vacina de maior espectro e inexigibilidade; na verdade, sobre o processo, nós ainda não conseguimos ver se essa outra parte da informação, pelo menos essa, está correta.

Então, eu gostaria de deixar registrada essa dificuldade que nós estamos tendo aqui no Distrito Federal da transparência, do acesso às informações, porque, se você tem as informações no prazo correto, você não vai se preocupar com outro assunto, você não vai falar alguma coisa que possa efetivamente não estar perfeitamente alinhada. A minha função não é achar erro do governo, a minha função não é bater no governo. A minha função, como Parlamentar – aquilo que está esculpido na Constituição e na Lei Orgânica do Distrito Federal –, é fazer o monitoramento e poder ver como os recursos do Distrito Federal estão sendo aplicados. Eu estou aguardando também os processos, porque o governo está comprando, na Secretaria de Saúde, muitos medicamentos que são importados. Se comprasse diretamente – há leis –, não pagaria o imposto de importação. No entanto, está comprando de distribuidores nacionais. Além de pagar os impostos de importação que não seriam devidos, paga também uma sobretaxa muito maior para



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4      |

aquele medicamento. Nós sabemos que a rede pública ainda não é servida totalmente.

Agora quero também falar do preço dos estacionamentos. Já tramitou aqui na Casa um projeto de lei. Muitos de nós já defendemos o pagamento fracionado dos estacionamentos. Agora o Governador faz um decreto em que o fracionamento que ele determina, quando é aplicado, dá valor maior do que se pagaria normalmente. Então, fazer uma portaria para aumentar o custo do estacionamento é um absurdo! Você faz para diminuir o custo, não para aumentar. Em muitos casos, o preço do estacionamento está sendo aumentado. Por conta disso, eu convido os colegas para assinarmos um decreto legislativo ou fazer um apelo aqui à Líder de Governo para que leve ao Governador, porque ele deve ter assinado e a pessoa que deve ter levado as informações para ele não levou os cálculos completos. Hoje, com o fracionamento imposto pelo Distrito Federal através do decreto do Governador Agnelo, nós vamos pagar um preço de estacionamento maior do que estávamos pagando com a hora cheia. Então, me parece que é uma situação que também tem que ser revista. Nós trazemos esse assunto à Câmara Legislativa, porque, para todos nós, o nosso orçamento doméstico já é apertado. E qualquer ação que venha a penalizar mais esse orçamento sem uma justificativa que seja compreensível, que possa levar na direção da justiça social, deve fazer com que nos debrucemos e possamos promover esse diálogo.

Eu peço à Deputada Arlete Sampaio que leve esse diálogo, porque eu tenho certeza de que, em sã consciência, o Governador não assinaria um decreto para aumentar preço de estacionamento. Ele deve ter sido levado ao erro. Espero que isso possa ser corrigido ou através do decreto legislativo ou de uma própria revisão, que o Governador olhe e faça uma pesquisa de preços e veja que o fracionamento que ele determinou por decreto, quando se faz hora cheia, dá mais do que estávamos pagando em muitos locais para estacionar os nossos veículos.

São essas as considerações. Eu agradeço e espero que rapidamente, depois das falas, o projeto de vocês tenha prioridade na votação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, Deputado Patrício, dizer aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal que, daqui a pouco, vamos votar o projeto de interesse de vocês. É um projeto que dá uma correção salarial de acordo com a inflação; portanto, até para prevenir, para não ficarem dizendo que está sendo dado aumento, nós estamos corrigindo, o que é uma coisa de direito, a inflação do período. Creio que será unanimidade aqui nesta Casa.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5      |

Vamos fazer também uma discussão e vamos votar o projeto dos agentes penitenciários. Sabemos que depois vocês terão – e nós teremos – uma grande luta para que o Governo Federal, por meio do Congresso Nacional, encaminhe um projeto. É o que já falei para vocês, olhando olho no olho: precisamos de uma lei nacional que resolva o problema dos agentes penitenciários de todo o País. É realmente uma atividade perigosa. Nós estamos vendo aí, Deputada Arlete Sampaio, o que está acontecendo em São Paulo, o maior Estado do Brasil, onde agentes penitenciários, bombeiros, policiais militares e policiais civis viraram verdadeiros alvos de quadrilhas de bandidos que estão tirando a tranquilidade daquele povo, o que coloca em risco, inclusive eliminando fisicamente as pessoas que trabalham nos presídios e que trabalham nas forças públicas do Estado de São Paulo. Portanto, a atividade de vocês é uma atividade perigosa e tem que ser tratada como tal.

Vamos votar aqui hoje o projeto de vocês e vamos fazer um apelo também, Deputada Arlete Sampaio, para que o Congresso Nacional aprecie, em regime de urgência, uma situação definitiva para esses trabalhadores, até porque, quanto mais avança a criminalidade e quanto mais cresce o banditismo, mais, Deputada Luzia de Paula, eles têm como inimigos vocês, trabalhadores que só querem dar segurança inclusive para eles próprios. Quando vocês estão em deslocamento, levando pessoas que estão encarceradas para serem ouvidas pela Justiça, fico imaginando: se não houvesse vocês para fazer esse trabalho, o que seria daquelas pessoas? Naturalmente não teriam a prestação jurisdicional, que é fundamental para eles. Portanto, muitas vezes, são mal-agraçados, porque não são capazes de reconhecer o trabalho que vocês estão fazendo. Nós vamos reconhecer a importância que vocês têm.

É claro que o pessoal do Cajé também está contido nisso. Eu fico olhando: de repente, há no Cajé um conjunto enorme de menores de 19 anos, menores de 23 anos, menores de 25 anos e dizem que são menores. Há outra discussão que temos que fazer aqui também, e certamente vocês terão nosso apoio.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero falar aqui, Deputado Wasny de Roure, de um ato muito importante que está acontecendo hoje em Fortaleza, no Ceará, uma cidade de um calor enorme, inclusive um enorme calor humano. Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que conhece profundamente o Ceará, creio que é gratificante, Deputada Eliana Pedrosa, saber que neste momento, neste exato momento, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está reunido com 50 mil pessoas, numa terça-feira, na Praça do Ferreiro, lá no Ceará, em apoio à candidatura do companheiro Elmano. É a demonstração, Deputada Arlete Sampaio, de que a prefeita Luizianne estava correta quando fez o lançamento da candidatura do Elmano, e agora esse é o coroamento e a virada definitiva para que ele ganhe a eleição no segundo turno. Bem como nós, Deputado Wasny de Roure – nós que somos do Partido dos Trabalhadores –, ficamos muito felizes com a virada que está acontecendo na cidade de São Paulo, a cidade mais importante do Brasil, onde o nosso querido



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6      |

companheiro, ex-Ministro da Educação, Fernando Haddad, vai ganhar aquela eleição, seguramente, com 70% dos votos válidos. É a demonstração de que os ataques que foram feitos ao Presidente Lula, os ataques que foram feitos ao nosso partido estão sendo respondidos pela população brasileira nas urnas. Portanto, é isso o que nos anima a continuar a dizer, Deputado Wasny de Roure: nós temos todos os motivos para ter orgulho de sermos petistas.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria fazer um encaminhamento: se fosse possível, que a gente fizesse uma inversão de pauta dos Comunicados de Parlamentares, não dos Comunicados de Liderança, para que a gente pudesse votar os projetos que foram acordados no Colégio de Líderes, tanto o projeto dos agentes penitenciários como o do Tribunal de Contas e o da Câmara Legislativa. Eu faço esse pedido a V.Exa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Eu vou ter que consultar o Plenário para saber se os Deputados concordam.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os Parlamentares, às Parlamentares. Primeiro, quero lembrar aqui, até em nome do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que na quinta-feira, às 10h, haverá, aqui no plenário, audiência pública para discutir o Projeto de Lei Orçamentária Anual do ano de 2013, com a presença do Secretário de Planejamento. Então, faço um convite especial a todos os Deputados para que possam participar para tirar todas as suas dúvidas.

Segundo, quero dizer que o Colégio de Líderes acaba de acertar a pauta de hoje, e já está acordado que votaremos o projeto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o projeto dos servidores da Câmara Legislativa, o projeto que interessa a todos os agentes penitenciários, e dois projetos do Poder Executivo de suplementação orçamentária.

Mas eu quero, Sr. Presidente, Deputado Patrício, fazer também um apelo a todos os Parlamentares desta Casa para que amanhã possam estar presentes em plenário para que nós possamos votar outros projetos de suplementação orçamentária extremamente relevantes, inclusive para os servidores públicos do Distrito Federal. Amanhã haverá uma reunião extraordinária da Comissão de



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7      |

Economia, Orçamento e Finanças para votar esses projetos, e nós pedimos encarecidamente a todos os Deputados da base aliada para estarem aqui para votá-los, assim como também aos nossos amigos e amigas da Oposição, que sempre contribuem com o *quorum* nesta Casa Legislativa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de informar a V.Exa. e ao Plenário que os projetos de créditos necessários para pagamento, não só de custeio como de pessoal, foram aprovados hoje. Houve uma solicitação extrapauta do Deputado Wasny de Roure, e nós conseguimos aprovar os projetos de créditos que já tinham sido lidos e encaminhados à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Todos eles foram aprovados; então, nós estamos sem pauta, Deputada Arlete Sampaio.

Ressalto a importância do dia 25, quando teremos aqui a presença do Secretário de Planejamento, do Secretário de Fazenda. Os Deputados e suas assessorias vão ter a oportunidade de esmiuçar a proposta orçamentária para 2013. Como se trata de uma matéria complexa, é importante a participação dos Deputados para que se possa obter a resposta dos dois Secretários da área de economia do Distrito Federal para que, quando o projeto for votado tanto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças como no plenário – a exemplo do que aconteceu no ano passado, em que nós votamos na comissão, votamos no plenário e o Governador não vetou nenhum item –, esse mesmo procedimento seja efetuado; ou seja, o que nós queremos é votar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e votar em plenário sem que haja qualquer dúvida sobre as ações do governo e sobre os números que constam na proposta orçamentária para 2013.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito bem. Assim V.Exa. reforça esse convite a todos os Parlamentares para que estejam aqui na audiência pública, na quinta-feira, às 10h, para discutirmos o projeto da Lei Orçamentária do ano que vem.

Por último, Sr. Presidente, só quero comunicar a todos os presentes que no dia de ontem foi assinado um acordo entre o BRB e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária para que possa ser atualizada e fomentada a atividade da economia solidária no Distrito Federal. Dessa forma, o Governo Agnelo Queiroz também inova no Distrito Federal, quando, de fato, assume a responsabilidade de não só votar nesta Casa uma lei da economia que regulamenta a atividade da economia solidária, como também criar efetivamente os instrumentos para fomentar essa atividade tão importante para a geração de emprego e renda para as pessoas da nossa cidade.

Então, Sr. Presidente, eram esses os comunicados que eu gostaria, em nome da Liderança do Governo, de fazer a todos os presentes.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8      |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Parlamentar PMDB/PTC/PTdoB/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo dessa minha participação hoje em plenário é fazer uma pequena explanação a respeito não só da celeridade que as comissões tiveram para que pudéssemos avaliar hoje em plenário o projeto de vocês que estão aqui na galeria, como também a respeito das perspectivas, Deputado Chico Vigilante, que nós temos em termos de investimento para o Governo do Distrito Federal em 2013.

Com o advento da regularidade e das exigências feitas pelo Governo Federal para que o GDF possa obter recursos do PAC pela primeira vez, nós teremos, no próximo ano, Deputado Chico Vigilante, 3,5 bilhões em investimento, para o Governo do Distrito Federal fazer em 2013. Três bilhões e meio, Deputada Luzia de Paula, é mais do que o Governo Arruda teve em todo o seu mandato. Então, a única questão que tem que ser ponderada é exatamente a necessidade de transformar esses 3,5 bilhões em, realmente, ações de governo que possam melhorar a qualidade de vida da população de Brasília.

Portanto, é de fundamental importância para o governo qualificar profissionalmente os gestores, sejam eles os secretários, subsecretários ou administradores, para que estejam preparados principalmente para elaborar editais, fazer licitação e acompanhar a execução dessas obras, porque não é pouco dinheiro, é muito dinheiro 3 bilhões e meio para se gastar apenas em doze meses. O que não pode acontecer é esse dinheiro, Deputado Chico Vigilante, não ser realmente efetivado em transformações benéficas à população.

Na última reunião do Conselho Político do Governo, do qual participam todos os presidentes dos partidos – eu participei na qualidade de Presidente do PTC –, foi debatida essa questão. Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. tem falado tanto aqui que as realizações do Governador Agnelo não têm tido a comunicação adequada para colar no que diz respeito à popularidade do governo. O governo está trabalhando, está efetivando obras, vai efetivar muitas obras em 2013, mas precisa fazer esse elemento de ligação. A ação do governo não está sendo repassada para a população. Quando se pegam as realizações e os índices de popularidade, o governo não está transferindo a ação dele para aceitação por parte da população de Brasília.

Deputado Chico Vigilante, é de fundamental importância, primeiro, *a priori*, estabelecer. Eu fiz essa sugestão: pegue os auditores do Tribunal de Contas, sejam do Distrito Federal, sejam do Tribunal de Contas da União, e coloque esses gestores responsáveis pela elaboração de editais, que são as pessoas que estão na ponta da execução desse orçamento, para fazerem treinamento nos finais de semana. Sem falar que o relacionamento entre esses profissionais e os profissionais que fiscalizam



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9      |

nos tribunais cria uma possibilidade de esses gestores tirarem algumas dúvidas, porque o que está acontecendo hoje é o seguinte: abre-se um processo licitatório e alguém coloca uma dúvida qualquer – seja de uma palavra, seja de uma vírgula –, como a pessoa que está presidindo a comissão não tem preparo para responder aquela questão, aquele processo volta para a gaveta, e aquela licitação, que era para se transformar, em poucos dias, em uma obra ou em qualquer outro evento que melhorasse a qualidade de vida da população, vai esperar dois, três, quatro meses para ser realizada, perdendo-se tempo. Há preocupação exatamente com isso.

Acho que o Governador Agnelo, como diz os mineiros, está com a faca e o queijo na mão para fazer uma grande transformação, porque o dinheiro existe. Essa audiência de quinta-feira com o Secretário de Fazenda e com o Secretário de Planejamento é para dar para os Deputados Distritais e para a assessoria econômica, que entende de orçamento, exatamente uma demonstração clara e transparente de tudo que pode ser feito.

Então, a preocupação que nós temos é exatamente esta: qualificação profissional dos gestores, sejam administradores, subsecretários e secretários, e, ao mesmo tempo, uma equipe de fiscalização para fiscalizar realmente a execução das obras, para que não tenhamos conhecimento, através da mídia, de determinados projetos que eram para se realizar uma coisa e se realizou outra coisa, que é comum acontecer na administração pública.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria fazer uma ressalva na fala de V.Exa., até porque V.Exa. sabe o apreço e a admiração que tenho pelo seu trabalho. Deputado Agaciel Maia, V.Exa., por sua formação, elevou muito a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tanto na parte de execução de emendas parlamentares, quanto na parte da execução do Governo do Distrito Federal. Eu gostaria de fazer uma ressalva aqui por conta do orçamento participativo.

Nós sabemos que a população se mobilizou, Deputado Agaciel Maia, em várias cidades, para construir o orçamento participativo deste ano, e menos de 10% do orçamento participativo está em execução. Então, a comunidade, hoje, que está sendo convidada novamente para fazer o orçamento participativo do ano que vem, está se negando a esse debate, porque o orçamento participativo do ano passado ainda não foi executado. Há uma preocupação muito grande sobre qual é o orçamento participativo que a população define e quais são as obras de prioridade do GDF, para não ficar esse fosso entre o que a população quer e o que o GDF quer e essa rejeição da própria população.

Então, deixo esse registro. Nós estamos fazendo todo esse levantamento dessa disparidade entre o que a população realmente coloca como prioridade e do



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10     |

que é realmente executado. Colocamos essa observação, que eu acho muito importante, até porque eles estão hoje com dificuldade de se mobilizar, porque não acreditam na execução do orçamento participativo.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – V.Exa. tem razão. Eu incorporo o pronunciamento de V.Exa. ao meu discurso. Ao instrumento do orçamento participativo, que é legítimo e é o mais democrático de tudo, são dadas sugestões. Eu quero também alertar que eles não podem simplesmente entrar no orçamento do ano seguinte. Primeiro, tem-se que fazer uma alteração do PPA, que é o Plano Plurianual, que é feito de quatro em quatro anos. Nenhuma obra do governo pode ser inserida sem que seja feita essa alteração do PPA.

Agora, como as ações de governo, nessa nova concepção de orçamento, estão menos detalhadas, o governo vai ter condições, seja através de alterações não só dele, mas também dos próprios Deputados, cuja maioria representa aqui algumas cidades, algumas RAs, de fazer o detalhamento do orçamento participativo dentro do Orçamento de 2013, porque nós temos a possibilidade, Deputado Wasny de Roure, de fazer esse desmembramento.

Agora, é importante alertar os colegas de que determinadas obras que surgem através do orçamento participativo não podem ser inseridas imediatamente dentro do orçamento do ano seguinte, porque é uma exigência da Constituição que essa indicação feita pela população conste também da ação de governo dentro do PPA.

Então, há uma necessidade. Portanto, eu faço um convite a todos vocês para participarem da audiência pública, na qual teremos a presença do Secretário de Planejamento e do Secretário de Fazenda, para que todas essas dúvidas sobre a ação do governo, principalmente para 2013, sejam tiradas aqui em plenário. Será quinta-feira, às 10h, aqui no plenário, com o Secretário de Planejamento e o Secretário de Fazenda.

Muito obrigado, Presidente, Deputado Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Informo ao Plenário que o Deputado Joe Valle se encontra em viagem, obteve concessão de licença parlamentar, na forma do art. 19, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, como também o Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar aqui, hoje, um fato acontecido há trinta anos. Está lá no alto da



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11     |

primeira página do Jornal de Brasília o assassinato de um brilhante Deputado Federal de oposição que conheci. Quando fizemos a nossa primeira greve de 79, ele estava lá nos apoiando. Era o então Deputado Federal Heitor de Alencar Filho, do PMDB do Paraná.

Deputado Patrício, Deputado Wasny de Roure, ele estava em campanha na época e foi assassinado com um tiro no coração, disparado por uma arma da Polícia Militar do Paraná. Essa arma estava com um X9, dentro de um camburão da Polícia Militar. O Heitor foi assassinado em um posto de gasolina. E até hoje, Deputado Wasny de Roure, trinta anos depois, não descobriram os verdadeiros assassinos, aliás, os mandantes. Os assassinos foram presos, mas não descobriram os mandantes até hoje. Então, eu fico imaginando que o Heitor, que tinha 27 anos, se estivesse vivo hoje, estaria com 57 anos, portanto, no auge da sua carreira política, o quanto esse homem teria contribuído para o engrandecimento, para o fortalecimento para o desenvolvimento da nossa democracia. Faço questão, Deputado Wasny de Roure, de fazer esse registro, para que fatos como esse nunca mais venham a acontecer na nossa República. É um fato realmente repugnante e é lamentável que tenhamos de lembrá-lo para que isso não venha a acontecer novamente. Fica aqui, mesmo depois de trinta anos, a minha solidariedade à família Heitor Furtado, por tudo que aquele jovem Parlamentar representava. Eu o conheci pessoalmente e contei com a solidariedade dele na primeira greve dos vigilantes, no Ginásio de Esportes de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar que, em respeito à galeria, aos servidores que estão ansiosos pelo seu plano de carreira, que estão brigando pelo seu porte de arma, para a própria segurança, vou abrir mão da minha fala como Líder do PPS.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Neste momento, esta Presidência consulta os líderes se mais alguém deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Esta Presidência solicita aos Parlamentares que quiserem fazer uso da palavra que sejam breves, para que possamos proceder às votações. Fizemos um acordo no Colégio de Líderes sobre o número de projetos que teremos de votar hoje. Então, todos os líderes já têm em mão o número e os projetos que serão votados, para poderem fazer os encaminhamentos nas suas respectivas bancadas.

Neste momento, concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que vou dizer interessa a todos



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12     |

de Brasília, a todos nós. Tenho certeza de que o Projeto de Lei nº 1.185 será aprovado hoje, mas o recado que tenho de dar é extremamente importante. Vocês podem estar certos de que estarei aqui para aprovar, junto com os meus colegas, o Projeto de Lei nº 1.185. Podem estar certos disso!

Sr. Presidente, já faz algumas semanas que quero dar este recado. Vai acontecer algo grave no Distrito Federal. Está sendo noticiado pela imprensa que o Governo do Distrito Federal, por meio da Procuradoria, está retomando a ideia de inscrever os contribuintes que não estiverem em dia com o IPTU e o IPVA no SPC e no Serasa.

Senhores, quero lembrar que a atual gestão do Governo do Distrito Federal já tentou obter autorização desta Casa para tal medida. Porém, o desconforto e a pressão dos Deputados, de todos os Deputados, inclusive os da base do governo, foram tão grandes, que a assessoria do Governo do Distrito Federal preferiu pedir a retirada da tramitação do projeto. Falo do Projeto de Lei nº 139, de 2011. Para nossa surpresa, a ideia renasce no Governo do Distrito Federal, só que, desta vez, a situação está bastante estranha. A Câmara Legislativa, Sr. Presidente, até a presente data, sequer foi consultada a respeito desse tema, e isso foi uma coisa que conversamos na semana passada. Tampouco V.Exa. sabia disso.

Senhores, esta Casa é formada por representantes do povo legitimamente eleitos e deve ser respeitada. Qualquer ação do governo que venha interferir diretamente na vida dos cidadãos desta unidade da Federação, especificamente de forma tão radical como a que estamos vendo, deve, sim, ser discutida com a sociedade, por meio da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Reafirmo, Deputada Celina Leão, que a Câmara Legislativa foi uma conquista da sociedade do Distrito Federal e precisa ser respeitada e valorizada. Sem dúvida, essa é a forma mais democrática e transparente de conduzir qualquer mudança que se queira fazer. É uma questão de legalidade também. Mas vamos à questão em si: tomamos conhecimento, por meio dos técnicos, Deputado Dr. Michel, da Secretaria da Fazenda que estiveram nesta Casa na última quinta-feira, dia 11, de que o Governo do Distrito Federal está preparando um plano para o sistema de recuperação de crédito. Ok. Entendemos que é legítimo e é obrigação do Estado recuperar os créditos tributários, Deputado Chico Vigilante. O que não podemos é concordar com a metodologia que o governo quer implantar. Não é razoável que o Estado inscreva o contribuinte em dívida ativa e depois entregue os seus dados para que o sistema privado de recuperação de crédito e protesto os faça constar no cadastro de mau pagador.

A grande diferença, Deputada Eliana Pedrosa, entre a cobrança feita pelo Estado e os particulares é que o Estado tem compromisso com a sociedade, e não com o lucro. Essa é a grande diferença. Outra diferença, Srs. Deputados e colegas, é que as medidas adotadas pelo Estado, principalmente em questões tributárias,



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13     |

afetam todos nós cidadãos. Temos uma abrangência muito maior do que a medida de um comerciante isolado.

O Estado, antes de tomar essa medida, precisa entender muito bem até onde vão as consequências dela. Agindo da forma como pretende, o governo irá tirar muitos e muitos consumidores do mercado formal de crédito. O cidadão ficará com o nome sujo e impedido de fazer novas aquisições, de fazer crediário para compras e novos empréstimos. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que isso afetará fortemente nossa economia. Imaginem quantos cidadãos ficarão sem crédito na praça, sem poder comprar nada no final do ano! Será mesmo isso o que o governo quer, Deputado Chico Vigilante?

E há mais. Com o nome sujo, precisando de crédito, onde essas pessoas vão se socorrer? No mercado informal de empréstimos. Os agiotas vão fazer a festa, vão explorar até o último centavo dessas pessoas, Sr. Presidente. O público deles deve aumentar bastante, já que, dívidas no comércio, muitos podem deixar de fazer, mas o IPTU, todos têm que pagar, inclusive quem não tem casa ou mora de aluguel.

E essa medida pode até mesmo dificultar a aquisição de um emprego para algum trabalhador desempregado. Não é rara a exigência do nome limpo para a contratação em certos lugares. Já pensaram se o cidadão deixar de pagar o IPTU porque está desempregado e não conseguir emprego porque está com o nome sujo por não ter pagado o IPTU? Só haverá espaço para ele no mercado informal.

Veja que essa medida, Deputada Arlete Sampaio, atinge diretamente os mais pobres, os homens e mulheres que são chefes de família, que são, normalmente, responsáveis pelo IPTU. E o pior é que o pacote de maldades não para por aí. Os cidadãos mais pobres é que vão ser os mais prejudicados.

Na Lei Orçamentária, Sr. Presidente, do ano de 2013, existe um anexo elaborado pela Secretaria da Fazenda que traz a previsão da receita tributária do nosso Estado para os exercícios de 2013 a 2015. Nesse documento, o Governo do Distrito Federal sinaliza que irá aumentar a alíquota do IPTU em mais de 100%. Isso mesmo. Mais de 100%! O Governo do Distrito Federal pretende aumentar os valores cobrados no IPTU em mais de 100%, nos próximos três anos. Segundo o documento, a alíquota do imóvel residencial passaria de 0,3%, em 2012, para 0,7%, em 2015. Aqui cabe um esclarecimento. O valor do IPTU depende de duas coisas: o valor do imóvel, que o governo chama de pauta de valores, e a alíquota do imposto, o percentual que vai ser aplicado sobre o valor do imóvel. Esta Casa tem muitos anos de luta na limitação da correção da pauta desses valores, ou seja, dos valores dos imóveis do governo, Sr. Presidente. O governo irá considerar, calculando este imposto, que isso é correto? Isso não é correto!

Proteja o cidadão, pois, como o mercado de Brasília tem muita especulação imobiliária, o valor dos imóveis sobe excessivamente, mas o salário dos trabalhadores não. Então, se todos os trabalhadores, Sr. Presidente, forem pagar



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14     |

IPTU sobre a especulação imobiliária do Distrito Federal, a situação ficará insustentável.

Até aí tudo bem, mas o que o governo está fazendo agora não é justo e não é correto. Ele encaminha à Câmara um projeto de lei que atualiza a pauta de valores do IPTU, Sr. Presidente, nos mesmos índices da inflação, ou seja, em 5,3%. Em contrapartida, embute na LOA a intenção de dobrar os valores das alíquotas. Desta forma, a proteção contra o aumento excessivo do IPTU, pelo que a Câmara luta há anos, cai por terra, Sr. Presidente. Esta Casa não pode permitir abusos dessa natureza. Nesse passado não muito distante, Sr. Presidente, temos defendido, desta tribuna, que aumentos de tributos distritais não deveriam ultrapassar os índices inflacionários.

Conclamo estes mesmos Parlamentares para que continuemos com a prática, Deputado Agaciel Maia. Que retomemos esses mesmos discursos. A Deputada Eliana Pedrosa, que luta há anos nessa Câmara Legislativa, sabe muito bem o que é essa discussão que estou colocando aqui neste plenário hoje. Vamos manter os tributos em patamares justos, Deputada Eliana Pedrosa, e possíveis de serem pagos pelos contribuintes.

Não bastasse a proposta e o aumento exagerado desse tributo, no mesmo anexo da LOA, Deputado Aylton Gomes, a Secretaria de Fazenda confirma a pretensão do Governo do Distrito Federal de inscrever o contribuinte no sistema de protesto. Srs. Deputados, se isso acontecer, estaremos permitindo uma das maiores injustiças já vistas no Distrito Federal. A cobrança de um tributo não pode ser tratada como se fosse uma cobrança da iniciativa privada. A missão do Estado não é gerar lucros, o Estado não é uma instituição comercial, Sr. Presidente. Sabemos que o Governo do Distrito Federal não se aparelhou de forma correta para fazer essas cobranças, isso é certo, mas quantos são os casos de pessoas que foram inscritas na dívida ativa do Governo do Distrito Federal para terem dado causa a isso? Foram inscritas porque o governo cometeu algum tipo de erro na metodologia da cobrança ou na própria emissão dos carnês. Não se pode por a culpa no contribuinte.

Srs. Deputados, meus caros colegas, eu gostaria de lembrar aqui, Deputado Benedito Domingos, que o Governo do Distrito Federal tem mecanismos próprios para fazer essa cobrança. A própria Procuradoria do Distrito Federal conta com uma unidade específica que lida com a recuperação de crédito. A intenção do Governo do Distrito Federal de terceirizar essas cobranças é, no mínimo, muito estranha.

Todos sabemos que o Serasa, o SPC, os cartórios de protesto e as outras entidades do ramo são instituições privadas. Com isso, é claro que teremos mais um custo, pois esses cobradores não irão trabalhar de forma gratuita para o governo.

Faço aqui outra pergunta, Sr. Presidente: quem vai pagar pelos serviços do Serasa, dos cartórios de protesto e do SPC? O próprio cidadão do Distrito Federal? Valerá a pena o Governo do Distrito Federal terceirizar a cobrança de tributos com a



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15     |

alegação de que precisa aumentar a arrecadação, gastar essa mesma arrecadação para pagar pela cobrança e ainda sujar o nome de milhares de pais de família? Entendo que não.

Enfim, para evitar mais esse abuso, protocolei um projeto de lei complementar, de minha autoria, que altera o Código Tributário do Distrito Federal. Na proposta fica vedada ao Governo do Distrito Federal inscrever contribuintes em instituições privadas de recuperação de crédito. O Governo do Distrito Federal retirou a proposta que buscava autorizar, mas agora a Câmara Legislativa do Distrito Federal terá uma lei para proibir. Deputado Olair Francisco, V.Exa. que é um homem empresário, entendo que o Governo do Distrito Federal tem de usar ferramentas que já possui para recuperar os valores e não repassar a responsabilidade a terceiros com um alto custo para o Estado e para a sociedade.

Por fim, eu gostaria de lembrar que um Estado moderno se faz com a valorização do contribuinte inadimplente e não com políticas punitivas. O Governo do Distrito Federal deveria criar programas de educação fiscal, Deputada Arlete Sampaio, e incentivar o cidadão a cumprir as suas obrigações tributárias. A política de punição é antipática e de pouca eficiência. Um dos primeiros projetos que apresentei nesta Casa foi o do desconto para pagamento à vista do IPTU. Sou favorável ao bom pagador, àqueles que estão quites com a Fazenda.

Primeiro, o governo deve se preparar e oferecer condições para que o cidadão contribua com os seus impostos; deve fomentar o emprego, a renda, e deve qualificar as pessoas; construir creches, Deputado Wasny de Roure, para que as mulheres possam trabalhar tranquilas; incentivar a indústria, o comércio, a melhoria da economia do nosso Estado para gerar um aumento de arrecadação de impostos.

Por outro lado, é dever do Estado, sim, arrecadar os tributos e devolvê-los à sociedade na forma de serviços dignos e de benefícios coletivos.

Ora, senhores, não é o contribuinte que está merecendo punições, e sim o Estado, que não está cumprindo com o seu dever e com suas obrigações de devolver impostos em benefício à nossa população. Basta dar uma analisada em nossa saúde, em nossos transportes e em nossa segurança – vocês que também representam a nossa segurança – ou até mesmo em nossas ruas. Quando este governo falta com suas obrigações, não existe nenhuma medida punitiva para obrigá-lo a ficar em dia com esses pagamentos.

O caso dos precatórios dos servidores, Deputado Wasny de Roure, pode ser bom exemplo para essa análise. Por isso, defendo que punir cidadãos escrevendo seus nomes no cadastro de maus pagadores é uma prática simplesmente inaceitável.

Espero eu que os meus colegas aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Liliane Roriz, V.Exa. concluiu o seu discurso?



| <b>Data</b>    | <b>Horário Início</b> | <b>Sessão/Reunião</b> | <b>Página</b> |
|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| 23   10   2012 | 15h50min              | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA  | 16            |

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sim, eu conclui.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Liliane Roriz, V.Exa. está falando há vinte minutos.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Muito obrigada pela atenção de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer a Deputada Liliane Roriz. O projeto de lei que atualiza o IPTU, encaminhado pelo Executivo a esta Casa, propõe um reajuste de 5.39%, e não de 100%, como aqui foi falado.

Quanto ao estudo que propõe o aumento subsequente nos anos vindouros do IPTU, eu digo apenas que se trata de um estudo feito pela área técnica do governo, e não foi assumida pelo Governador.

Os valores constantes da Lei Orçamentária Anual para 2013, representando um incremento em relação a 2012, dizem respeito à inclusão de novos imóveis na lista e atualização do cadastro imobiliário do GDF.

Portanto, não há nenhuma intenção do governo de deixar de aumentar o IPTU; pelo contrário, se aprovarmos nesta Casa os 5,39%, nós estaremos, inclusive, abaixo da inflação do período de dezembro a novembro deste ano.

Depois, eu quero também dizer que o governo, que faz um projeto como o DF sem Miséria e que acaba de assinar um pacto com a CEB para implementação da tarifa social de energia, jamais vai penalizar os pobres desta cidade. Isso é uma convicção que tem o nosso Governador. Como S.Exa. sempre diz: “Governo para quem mais precisa de governo”.

Por último, Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que inclua os seguintes itens extrapauta nesta sessão ordinária: Projeto de Lei nº 1.185, de 2012; Projeto de Lei nº 1.111, de 2012; Projeto de Lei nº 1.179, de 2012; Projeto de Lei nº 1.193, de 2012; e também, se possível, o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, e incluo os projetos extrapauta solicitados, em função, inclusive, do acordo realizado no Colégio de Líderes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17     |

Consulto os líderes se há acordo para superar os vetos da Ordem do Dia e entrarmos no processo de votação dos pontos acordados na reunião do Colégio de Líderes.

Consulto a Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT-PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – De acordo, para que possamos votar imediatamente os projetos de interesse da sociedade que está aqui presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco Parlamentar PMDB/PTC/PTdoB/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Totalmente de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto a Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ (Sem Partido. Como Líder. Sem revisão do orador.) – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Havendo acordo dos líderes, entramos na Ordem do Dia propriamente dita.

Item nº 94:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2007”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18     |

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19     |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 23/10/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL EM 23/10/2012

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO  
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO \_\_\_\_\_ PARA O CARGO DE \_\_\_\_\_  
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

☐ PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 134 / 12

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

☐ RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

☐ REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

☐ OUTROS \_\_\_\_\_

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): CEOF

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

☐ Executivo

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A)      | PART  | SIM | NÃO | ABST | AUS | OBS* | DV |
|-----|--------------------------|-------|-----|-----|------|-----|------|----|
|     | AGACIEL MAIA             | PTC   |     |     |      | X   |      |    |
|     | ARLETE SAMPAIO           | PT    |     |     | X    |     |      |    |
|     | AYLTON GOMES             | PR    | X   |     |      |     |      |    |
|     | BENEDITO DOMINGOS        | PP    | X   |     |      |     |      |    |
|     | CELINA LEÃO              | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | CHICO LEITE              | PT    |     |     |      | X   |      |    |
|     | CHICO VIGILANTE          | PT    |     |     | X    |     |      |    |
|     | CLÁUDIO ABRANTES         | PPS   | X   |     |      |     |      |    |
|     | DOUTOR CHARLES           | PTB   | X   |     |      |     |      |    |
|     | DR. MICHEL               | PEN   | X   |     |      |     |      |    |
|     | ELIANA PEDROSA           | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | EVANDRO GARLA            | PRB   | X   |     |      |     |      |    |
|     | JOE VALLE                | PSB   |     |     |      | X   |      |    |
|     | LILIANE RORIZ            | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | LUZIA DE PAULA           | PEN   | X   |     |      |     |      |    |
|     | OLAIR FRANCISCO          | PTdoB | X   |     |      |     |      |    |
|     | PAULO RORIZ              |       | X   |     |      |     |      |    |
|     | PROFESSOR ISRAEL BATISTA | PEN   |     |     |      | X   |      |    |
|     | ROBÉRIO NEGREIROS        | PMDB  |     |     |      | X   |      |    |
|     | RÔNEY NEMER              | PMDB  | X   |     |      |     |      |    |
|     | WASHINGTON MESQUITA      | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | WASNY DE ROURE           | PT    |     |     | X    |     |      |    |
|     | WELLINGTON LUIZ          | PPL   | X   |     |      |     |      |    |
|     | PATRÍCIO                 | PT    | X   |     |      |     |      |    |
|     | TOTAL                    |       | 16  |     | 03   | 05  |      |    |

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO \*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. Celina Leão

CONSOLIDADO POR 134

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 20     |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 3 abstenções. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2007”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.185, de 2012, de vários Deputados, que “estabelece procedimentos para o porte de armas de fogo, mesmo fora de serviço, pelos agentes de atividade penitenciária do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 1.185, de 2012, de vários Deputados, que “estabelece procedimentos para o porte de armas de fogo, mesmo fora de serviço, pelos agentes de atividade penitenciária do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprova-se o projeto e a Emenda Modificativa nº 1, de vários Deputados, nesta Comissão de Segurança.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 21     |

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.185, de 2012, de vários Deputados, que “estabelece procedimentos para o porte de armas de fogo, mesmo fora de serviço, pelos agentes de atividade penitenciária do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer é admissível com a emenda apresentada na Comissão de Segurança.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 abstenção.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.185, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22     |

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.111, de 2012, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “altera dispositivos da Lei Distrital nº 4. 356, de 3 de julho de 2009, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores do Tribunal, servidores da Secretaria de Segurança, fiz questão de fazer esse registro não porque fui o relator da matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas porque fui o Parlamentar, na época líder do governo, procurado pela direção do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na pessoa da Dra. Marli Vinhadeli e do Conselheiro Renato Rainha, como também tenho sido acompanhado por representantes do sindicato, tanto do Sindilegis quanto da Associação de Servidores.

E, a partir daí, esta Casa empreendeu um grande processo de debate, inclusive servindo para valorização do próprio servidor da Câmara Legislativa, que, além da iniciativa do Tribunal de Contas de trazer um equacionamento para os servidores do Tribunal, está trazendo uma iniciativa para os servidores desta Casa.

Portanto, Deputado Rôney Nemer, é uma obrigação política nossa reconhecer aqueles que politicamente trabalharam, viabilizaram. Agora, estamos tendo a oportunidade de votar.

Quero fazer da minha fala uma referência, em primeiro lugar, à Dra. Marli, que inclusive encerra sua gestão nos próximos meses, pela sua conduta, pela sua responsabilidade e pelo equilíbrio que trouxe no encerramento da sua gestão. Foi uma iniciativa importante para os servidores, como também o apoio dado pelos conselheiros, em particular pelo Conselheiro Renato Rainha, que esteve aqui presente nesta luta.

Quero cumprimentar os servidores, particularmente o Mário e o Adilson, que foram incansáveis nesta luta, fazendo com que ela pudesse chegar a este momento de alegria, de satisfação, além de servir de caminho e pavimentação para o pleito e o anseio dos servidores da Câmara Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23     |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça a inclusão na pauta de hoje do Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato o pedido de V.Exa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “altera dispositivos da Lei Distrital nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF’ e dá outras providências”.

O projeto não recebeu a aprovação nas comissões.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “altera os dispositivos da Lei Distrital nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF’ e dá outras providências”.

O projeto de lei ora em estudo visa, resumidamente, conceder o aumento de 8% a todos os servidores desta Casa de Leis, bem como criar uma carreira especial dentro desta instituição.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24     |

Ora, é entendimento desta comissão que valorizar o servidor deve ser sempre prioridade para o Poder Público, sobretudo o servidor desta Casa, que convive diariamente com as demandas, pedidos e debates da nossa Capital.

Desta forma, ao conceder o aumento e criar a carreira especial, entendemos que o projeto consegue não só corrigir corrosões inflacionárias sobre seus salários, mas também cria um incentivo para a busca crescente desses servidores em aprimorarem-se e servirem cada vez melhor a nossa sociedade.

Pelo exposto, quanto ao mérito afeto às atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “altera os dispositivos da Lei Distrital nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF’ e dá outras providências”.

Trata-se de uma prerrogativa exclusiva da Mesa Diretora da Câmara. Nós temos a informação, por meio da Assessoria, de que haverá um aumento linear de 8% para todos os servidores a partir de 1º de maio de 2013. Hoje, o auxiliar administrativo – temos 74 deles – e o assistente têm nos procurado sob a alegação de que foram, nesses planos de carreira, mal classificados, com remuneração diferenciada, portanto. Em princípio, por se tratar de uma competência da Mesa Diretora e não de um plano de carreira, apenas um reajuste linear das categorias, eu solicitei um estudo junto à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a fim de dar oportunidade a esses auxiliares e assistentes para que, no momento em que se fizer uma revisão do plano de carreira dos cargos, seja revista essa posição. Este Deputado, como Presidente da comissão, apenas tem de examinar dentro do ângulo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, porque, quando se trata de



| <b>Data</b>    | <b>Horário Início</b> | <b>Sessão/Reunião</b> | <b>Página</b> |
|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| 23   10   2012 | 15h50min              | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA  | 25            |

assuntos de interesse dos servidores da Casa, a prerrogativa é da Comissão Diretora, não cabendo ao Deputado fazer essa alteração.

Eu quero justificar, inicialmente, para os 174 auxiliares legislativos e os 132 técnicos, que vamos votar pela admissibilidade do projeto, por se tratar apenas de um aumento linear, e não de uma revisão do plano de carreira. Se fosse revisão do plano de carreira, eu me posicionaria de maneira contrária. Mas não é dessa forma, Deputado Rôney Nemer.

É bom que os Deputados saibam que temos, hoje, a seguinte composição do quadro de servidores da Casa: 174 auxiliares; 132 assistentes; 233 técnicos; 140 assistentes técnicos legislativos, do Conselho Técnico Legislativo; 54 assessores legislativos, da Consultoria Legislativa; 13 procuradores, no que diz respeito ao processo legislativo.

Portanto, junto com esse parecer vem um quadro demonstrativo da evolução de aumento que todas as categorias desses servidores tiveram de 2002 até agora. Então, para que não haja prejuízo da não concessão desse reajuste a ser concedido a todos os servidores a partir de maio, e também ficando na expectativa de que numa revisão do plano de carreira se faça justiça aos auxiliares e assistentes, eu opino em dar o seguinte parecer:



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 26     |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

1

PARECER Nº /2012

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, sobre o Projeto de Lei nº 1208/2012, que *Altera dispositivos da Lei distrital nº 4.342, de 2009, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências.*

Autor: Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Relator: Deputado Agaciel Maia

## I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF o **Projeto de Lei – PL nº 1208/2012**, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que visa alterar dispositivos da Lei nº 4.342/2009 que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências.

O **art. 1º** da presente iniciativa estabelece que as tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento efetivo são estruturadas em quatro classes, contendo cada uma delas seis padrões, e serão publicadas por ato da Mesa Diretora.

O **art. 2º** prevê que a gratificação prevista no art. 10, III, da Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2009, atualmente calculado no percentual de 25% do vencimento básico em que se encontra enquadrado o servidor, terá o seu valor integralmente incorporado ao vencimento básico da tabela de remuneração dos servidores efetivos, sendo, a metade do seu valor, a partir de 1º de setembro de 2013 e, o restante, a partir de 1º de setembro de 2014.

O **art. 3º** reajusta em 8%, a partir de 1º de maio de 2013, os vencimentos dos cargos efetivos e a remuneração dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O art. 4º estabelece condições de implementação da presente proposição de acordo com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Os **arts. 5º, 6º e 7º** estabelecem, respectivamente, que o impacto financeiro será coberto pela dotação orçamentária da Câmara Legislativa do Distrito



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 27     |



Federal, autoriza a Mesa Diretora a publicar as tabelas de remunerações e a presente legislação entrará em vigor na data de sua publicação.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à presente proposição durante o prazo regimental.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

### II.1 – Da competência da CEOF

Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, entre outras atribuições, analisar a **admissibilidade** e emitir parecer de caráter terminativo sobre adequação orçamentária e financeira de qualquer proposição submetida à apreciação da Casa, bem como, opinar sobre o **mérito**, no caso específico, referente à matéria sobre **remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal**, nos termos do art. 64, II, 'h', e § 2º, do Regimento interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal – RICLDF.

### II.2 – Da admissibilidade

Entende-se como “adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”, ao tempo que<sup>1</sup>:

...sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União (no caso, do Distrito Federal) ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos está assegurada, constitucionalmente, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, sempre na mesma data e sem distinção de índices, culminando o princípio da irredutibilidade **real** e não apenas **nominal** da remuneração dos servidores da administração pública<sup>2</sup>:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

<sup>1</sup> Os conceitos acima são tomados por empréstimo da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que “*estabelece os procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*” (art. 1º, §§ 1º, 'b', e 2º).

<sup>2</sup> Hely Lopes Meirelles, *in*: “Curso de Direito Administrativo”, 30ª Ed., 2005, p. 460.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 28     |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

3

obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, **sempre na mesma data e sem distinção de índices**; (Grifou-se)

Destaca-se, do comando constitucional, a obrigatoriedade da fixação de uma **data base** (sempre na mesma data) e da aplicação de **índice único** que, no mínimo, reflita a inflação oficial<sup>3</sup> do período e seja capaz de repor o poder aquisitivo dos servidores (sem distinção de índices).

O art. 3º da presente proposição estabelece a correção, a partir de 1º de maio de 2013, a remuneração dos servidores efetivos e dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O texto também propõe a incorporação da gratificação prevista no art. 10, III, da Lei nº 4.342/2009, na forma descrita do art. 2º da proposição em comento.

## II. 3 – Da adequação orçamentária e financeira

Relativamente às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), destacam-se os seguintes artigos referentes às despesas com pessoal e ao reajuste de remuneração de servidores:

**Art. 17.** Considera-se **obrigatória de caráter continuado** a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a **estimativa prevista no inciso I do art. 16** e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 6º O disposto no § 1º **não se aplica** às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o **inciso X do art. 37 da Constituição**.

**Art. 22.** A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a **despesa total com pessoal exceder a 95%** (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de

<sup>3</sup> Conforme o Banco Central do Brasil, a inflação oficial é medida pelo **IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo**, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 29     |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

4

determinação legal ou contratual, **ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;**

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

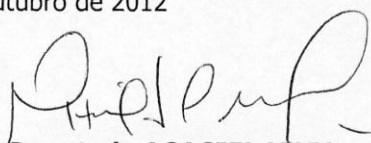
Vê-se, claramente, que, **a LRF, por princípio, não impõe restrições** à revisão geral anual dos servidores públicos, em respeito à norma constitucional superveniente, no que diz respeito à **"estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes"**, à demonstração da "origem dos recursos para seu custeio" e ao limite prudencial da "despesa total com pessoal".

Vale ressaltar que o Anexo IV - DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS, da Lei nº 4.614/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, prevê o reajuste ora pretendido.

Pelo exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela **admissibilidade** do presente Projeto de Lei, visto cumprir os requisitos formais para sua admissibilidade, nos termos do art. 64, II, 'a' e § 2º, do RICLDF, bem como a sua **aprovação**, no mérito, por está de acordo com os preceitos legais e aos aspectos relativos à necessidade, oportunidade, conveniência e relevância da matéria tratada na proposição.

É o parecer.

Plenário, em 23 de outubro de 2012

  
Deputado AGACIEL MAIA  
RELATOR



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 30     |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Celina Leão, suplente da Comissão de Constituição e Justiça, para emitir parecer sobre a matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para resguardar o processo, já que a Mesa Diretora é autora do projeto, e os membros da Comissão de Constituição e Justiça são membros da Mesa Diretora e assinaram o projeto, é melhor que um Parlamentar que não o assinou, que não é autor, profira o parecer.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “altera os dispositivos da Lei Distrital nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF e dá outras providências”.

Sr. Presidente, peço permissão para ir diretamente ao voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. tem permissão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O projeto de lei ora em estudo visa resumidamente a conceder um aumento de 8% a todos os servidores desta Casa de Leis, bem como criar uma carreira especial dentro desta instituição. Ora, é entendimento desta comissão que valorizar o servidor deve ser sempre prioridade para o Poder Público, sobretudo servidor desta Casa, que convive diariamente com demandas, pedidos e debates da nossa Capital. Dessa forma, ao conceder o aumento e criar uma carreira especial, entendemos que o projeto consegue não só corrigir corrosões inflacionárias sobre seus salários, mas também cria um incentivo para a busca crescente desses servidores em aprimorarem-se e servirem cada vez melhor a nossa cidade e a nossa sociedade.

Pelo exposto, quanto ao mérito, afeto às atribuições desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.208, de 2012, de autoria da Mesa Diretora.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 31     |

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.208, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.409.565, 00 (treze milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais)".

O projeto teve a tramitação concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.193 de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$79.977.778, 00 (setenta e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil e setecentos e setenta e oito reais)".



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 32     |

O projeto teve a tramitação concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar que esse projeto tem uma importância singular, que é o resgate da Caesb como empresa pública, tendo condições hoje de operar na plenitude das suas funções, principalmente na área de esgoto e de água. Portanto, é uma decisão da maior importância, que aumenta a cota da participação do GDF e, conseqüentemente, equaciona um dos problemas que a empresa vinha tendo. Por isso, esse projeto de lei torna-se um marco no resgate, no restabelecimento do bom funcionamento de uma empresa pública.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria retificar uma fala em que eu fiz uma crítica ao Governador Agnelo sobre a questão dos estacionamento, como se S.Exa. tivesse feito um decreto para que os preços da hora fracionada fossem mais caros. Eu quero retificar: não foi um decreto nem uma portaria do Governador Agnelo, foi uma decisão da Justiça que fez cair a liminar contra uma lei do Deputado Rogério Ulysses. Então, eu queria retificar, porque eu não gostaria de imputar ao Governador a causa desse aumento dos estacionamento, que não foi gerada por S.Exa., e, sim, um projeto que foi transformado em lei, que tinha uma ADI, tinha uma liminar, a liminar caiu, e, antes de ela cair, as empresas de estacionamento resolveram aumentar em 140% o custo dos estacionamento.

Obrigada.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



| <b>Data</b>    | <b>Horário Início</b> | <b>Sessão/Reunião</b> | <b>Página</b> |
|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| 23   10   2012 | 15h50min              | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA  | 33            |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, eu queria dar as boas-vindas a V.Exa. à base do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu também, viu, Deputado Rôney Nemer?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ser justa não quer dizer mudança de posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É uma brincadeira, Deputada. V.Exa. fez um discurso coerente, com muita transparência e sabedoria.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2012, do Poder Executivo, que “define os parâmetros de uso e ocupação do solo para o lote destinado à Catedral Militar do Brasil Rainha da Paz e dá outras providências”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 34     |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 23/10/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2012

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO  
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO PARA O CARGO DE  
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.  
☐ PROCESSO Nº  
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)  
☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 44/2012  
☐ PROJETO DE LEI Nº(S)  
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)  
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)  
☐ RECURSO Nº (S)  
☐ REQUERIMENTO Nº (S)  
☐ OUTROS  
☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ Executivo

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a):

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A)      | PART  | SIM | NÃO | ABST | AUS | OBS* | DV |
|-----|--------------------------|-------|-----|-----|------|-----|------|----|
|     | AGACIEL MAIA             | PTC   |     |     |      | X   |      |    |
|     | ARLETE SAMPAIO           | PT    | X   |     |      |     |      |    |
|     | AYLTON GOMES             | PR    | X   |     |      |     |      |    |
|     | BENEDITO DOMINGOS        | PP    | X   |     |      |     |      |    |
|     | CELINA LEÃO              | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | CHICO LEITE              | PT    |     |     |      | X   |      |    |
|     | CHICO VIGILANTE          | PT    |     |     |      | X   |      |    |
|     | CLÁUDIO ABRANTES         | PPS   | X   |     |      |     |      |    |
|     | DOUTOR CHARLES           | PTB   | X   |     |      |     |      |    |
|     | DR. MICHEL               | PEN   |     |     |      | X   |      |    |
|     | ELIANA PEDROSA           | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | EVANDRO GARLA            | PRB   | X   |     |      |     |      |    |
|     | JOE VALLE                | PSB   |     |     |      | X   |      |    |
|     | LILIANE RORIZ            | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | LUZIA DE PAULA           | PEN   | X   |     |      |     |      |    |
|     | OLAIR FRANCISCO          | PTdoB | X   |     |      |     |      |    |
|     | PAULO RORIZ              |       | X   |     |      |     |      |    |
|     | PROFESSOR ISRAEL BATISTA | PEN   |     |     |      | X   |      |    |
|     | ROBÉRIO NEGREIROS        | PMDB  |     |     |      | X   |      |    |
|     | RÔNEY NEMER              | PMDB  | X   |     |      |     |      |    |
|     | WASHINGTON MESQUITA      | PSD   | X   |     |      |     |      |    |
|     | WASNY DE ROURE           | PT    | X   |     |      |     |      |    |
|     | WELLINGTON LUIZ          | PPL   | X   |     |      |     |      |    |
|     | PATRÍCIO                 | PT    | X   |     |      |     |      |    |
|     | TOTAL                    |       | 17  |     |      | 07  |      |    |

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO \*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 35     |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Eu só queria justificar o meu voto “sim”. Nós fomos chamados lá na Rainha da Paz. Aquele projeto, que hoje se encontra ali no Eixo Monumental, seria provisório, e esse projeto de lei aprovado aqui na Casa permite que se construa definitivamente não só o espaço de culto, de templo, mas também o espaço de convivência, espaço de catequese, definindo normas para ocupação daquela área, que é reservada a monumentos. É um projeto do Oscar Niemeyer. Por isso que eu fiz o empenho de pedir que hoje, na reunião de líderes, colocássemos esse projeto. Agradeço ao Deputado Cláudio Abrantes, que ajudou bastante a gente na comissão, à Deputada Liliane Roriz, que também trabalhou junto nessa proposta, a todos os Deputados. O mais importante é que esse projeto tranquiliza e efetivamente vai fazer aparecer – não vai aparecer, porque é subterrâneo –, vai dar mais conforto e qualidade a todos aqueles fiéis que procuram a Rainha da Paz para conversar com Deus.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rôney Nemer, parabéns! Eu quero só relembrar um pouco a nossa história. Quem teve um papel muito importante para a concepção da Rainha da Paz foi Dom Newton. Isso aconteceu com a vinda do Papa João Paulo II – acho que todo mundo deve se lembrar aqui. Foi construída uma capela, essa capela foi transferida para esse lugar, e aí Dom Newton foi quem pediu, na época, a meu pai, como Governador, para que instalasse a Rainha da Paz lá. E de lá para cá a gente tem visto, cada vez que a gente passa por ali, que há mais fiéis que frequentam, e a necessidade lá era grande. Eu já sabia disso, só que eu via que as minhas possibilidades de chegar até o governo eram muito difíceis. Então, eu fiquei felicíssima quando V.Exa. trouxe esse projeto aqui.

V.Exa. está de parabéns. Está de parabéns a Câmara, que pensou em apresentar hoje esse projeto. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 36     |

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar prosseguimento à fala da minha nobre colega Deputada Liliane Roriz no sentido de cumprimentar o Governador Agnelo Queiroz pela sensibilidade com a comunidade católica, pelo compromisso que ele tem – até por ser católico – de valorizar o espaço e a melhor ocupação.

Quero, sem dúvida nenhuma, cumprimentar o trabalho que o Deputado Rôney Nemer fez – até porque é um urbanista –, além do acúmulo de compromissos que tem tido com a Igreja ao longo de seus mandatos. Portanto, cumprimento a Câmara, o GDF – na pessoa do Governador – e aqueles que estão lutando para melhor qualificar o espaço urbano de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita para declaração de voto.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o Deputado Rôney Nemer, não só por ser católico, mas pelo compromisso que ele tem com a Igreja Católica. Era um pleito antigo da Arquidiocese de Brasília. A Catedral é um monumento máximo que vem expressar a nossa fé, a nossa doutrina; e logo depois vem o monumento da Rainha da Paz, onde, uma vez por mês – não é, Deputada Liliane Roriz? –, várias pessoas se reúnem ali para um momento de oração, de louvor, de adoração. Então, Brasília ganha. Nós católicos estamos muito felizes. A Arquidiocese se faz feliz, todos os padres, todas as paróquias. Parabenizo o Deputado Rôney Nemer, a Deputada Liliane Roriz, por essa ação e por esse presente que nos dão no dia de hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ausente do plenário, mas quero dizer que voto favoravelmente também ao Projeto de Lei Complementar nº 44.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para declaração de voto – Cristo, V.Exa. por último, para nos salvar.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – O Cristo sempre salva. O Cristo! Sr. Presidente, quero parabenizar toda a Câmara Legislativa pela aprovação desse projeto. Quero dizer que a Catedral Militar Rainha da Paz foi um grande projeto, na verdade, idealizado por nosso querido Dom Ávila, que nos deixou. Ele teve um trabalho muito importante à frente



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 37     |

dessa colocação porque a Catedral foi o altar onde João Paulo II celebrou sua missa aqui em Brasília, em 1994, e Dom Ávila estava à frente. Era um grande sonho dele que houvesse essa Catedral Militar, e hoje já está devidamente incorporada à escala monumental do Plano Piloto. Inclusive é uma referência turística, além de religiosa, visto que as pessoas sempre estão frequentando para conhecer, também, a obra de Oscar Niemeyer – que, em que pese não acreditar em Deus, tem se notabilizado em, como característica de grande arquiteto, fazer grandes templos, não só aqui em Brasília, mas Brasil afora.

A Catedral Rainha da Paz, Sr. Presidente, faz parte de um livro de Oscar Niemeyer, em que são retratados os projetos de templos religiosos de Niemeyer, no Brasil e no mundo. Portanto, é um reconhecimento do Governo do Distrito Federal. Quero parabenizar o Governador Agnelo Queiroz, visto que já se vão quase vinte anos – de 1994 até hoje –, e o Governador, com sua sensibilidade, tomou frente, ouvindo, naturalmente, o pedido levado pelo Deputado Rôney Nemer, muito bem amparado pela arquidiocese.

Essa situação, hoje, está resolvida, para maior conforto. Tive a oportunidade de relatar isso na Comissão de Assuntos Fundiários e vi realmente a dedicação do Governo do Distrito Federal e do Deputado Rôney Nemer. Então, nossos parabéns ao querido amigo Deputado Rôney Nemer, ao Governo do Distrito Federal e, naturalmente, à arquidiocese, que agora terá mais tranquilidade para realizar as suas celebrações e propor mais conforto aos fiéis.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência convocará sessão extraordinária para votação e aprovação em segundo turno dos itens aprovados agora em sessão ordinária.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja votado em primeiro turno o Projeto de Lei nº 1.179, pois ainda não foi votado, e estava na pauta da sessão ordinária de hoje. Depois, então, na sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Arlete Sampaio, já foi votado. Todos os seis itens foram votados. Inclusive, está aqui preparado para ser votado em segundo turno. Eu não iria fazer isso com V.Exa., de jeito nenhum.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 23   10   2012 | 15h50min       | 95ª SESSÃO ORDINÁRIA | 38     |

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h37min.)

Ata lida e aprovada na 96ª Sessão Ordinária, de 24/10/2012.